



# Governo português recua na linha de crédito

O sucesso político da estadia do Presidente da República de Moçambique em Portugal foi prejudicada pelo desinteresse do governo de Mário Soares em aprofundar, numa perspectiva de futuro, a cooperação económica com os países africanos de língua portuguesa

**“Q**UE a fraternidade que estamos a reencontrar em cada gesto e em cada palavra, se não esgote nos gestos e nas palavras, antes se materialize em acções comuns que abram cada vez mais espaços de convergência entre os interesses de Portugal e Moçambique, por forma a alicerçar, de maneira durável, o nosso relacionamento”, afirmou o presidente Ramalho Eanes durante o banquete no Palácio de Queluz na véspera de Samora Machel deixar Portugal.

No dia anterior, declarou o presidente moçambicano na re-

cepção que o primeiro-ministro Mário Soares lhe oferecera em Sintra: “A crise económica internacional, não poderá constituir a sombra, o obstáculo que impede a nossa cooperação. Pelo contrário, ela deve servir de elemento catalizador para acções complementares, bilaterais e multilaterais. Combinar os recursos de cada um dos países constitui elemento essencial no contexto da cooperação bilateral que permite, com benefício mútuo, ultrapassar a crise que as nossas economias enfrentam.”

Vividos os seis dias da visita de Samora Machel, os votos de espe-

rança manifestados pelos dois presidentes pouco passaram disso mesmo: intenções adiadas que não tomaram forma nos acordos de cooperação económica. Oportunidades perdidas, remetidas para os avaros orçamentos que o FMI exige ao governo português, proibindo-o de sair fora das “cartas de intenções”, cortando-lhe qualquer veicidade de expansão. De programar, pouco que seja, uma recuperação económica a médio prazo com parceiros desejosos da colaboração portuguesa e que, exigindo falar de igual para igual, a privilegiam com razões históricas, culturais e afectivas.

**Machel e Soares no almoço de Sintra. O governo português mostrou reduzido empenho no desenvolvimento da cooperação económica com Moçambique**



## Ernâni Lopes está contra

O ponto essencial do desencanto face aos paupérrimos resultados económicos obtidos, que alastrou por dirigentes moçambicanos e empresários portugueses, nomeadamente, centra-se num projecto de acordo financeiro para a abertura de uma linha de crédito a favor de Moçambique no montante de 10 milhões de contos (85 milhões de dólares). Acordo de financiamento aos exportadores que estava nos projectos das duas partes, ainda antes do início da visita de Samora Machel, mas que se teria gorado na noite anterior à partida da delegação moçambicana.

Os motivos que levaram a este tardio volte-face, parecem explicar-se numa enérgica intervenção pessoal do ministro das Finanças

português, Ernâni Lopes, exercida junto de Mário Soares, do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, do ministro de Estado, Almeida Santos, e do secretário de Estado da Cooperação, Gaspar da Silva, precisamente durante o banquete no Palácio de Queluz onde Eanes chamou a atenção para a necessidade da fraternidade se materializar em acções comuns.

Segundo várias fontes, o ministro das Finanças português — não participante activo nas negociações — teria sido surpreendido horas antes da recepção com a revelação da concessão da linha de crédito veiculada pela rádio e televisão e confienciada a estes órgãos de comunicação por intermédio de um membro do governo português. Chegado a Queluz, Ernâni Lopes provoca um mini-Conselho de Ministros com os membros do governo acima referidos, daí saindo a decisão de recusar qualquer acordo financeiro. Esta decisão, que não foi pacífica entre os membros do executivo de Mário Soares, é comunicada aos ministros moçambicanos no dia seguinte, poucas horas antes da sessão solene da assinatura dos acordos. São os ministros moçambicanos que transmitem a Ramalho Eanes a abrupta opção do governo português.

A reviravolta dos governantes portugueses é muito mal aceite por alguns membros da delegação moçambicana, chegando a imprensa a afirmar ter havido ministros moçambicanos que pensaram não estar presentes na assinatura dos acordos, porém, dissuadidos de o fazerem por intervenção directa de Samora Machel.

Este quase incidente diplomático foi contudo desmentido a “cader-nos” pelo embaixador da República Popular de Moçambique que nos assegurou nunca ter estado eminente a ausência de ministros do seu país no Palácio da Ajuda.

*(Ver neste número a entrevista com o embaixador João Baptista Cosme).*

### **Empresários: os mais defraudados**

Seja como for, a atitude do governo de Mário Soares, para lá de ser reveladora das dependências

financeiras internacionais em que Portugal está espartilhado, é também elucidativa sobre as opções de relacionamento económico do executivo de Lisboa. Opções preferencialmente ainda orientadas para uma CEE cada vez mais longínqua e manifestamente desinteressada em acolher no seu clube de ricos em crise um sócio indigente.

Se os argumentos do governo português se esgotam no facto de não haver potencialidades financeiras que possibilitem linhas de crédito, torna-se difícil no entanto entender por que motivo nenhuma abertura concreta foi dada às propostas da delegação moçambicana de sistemas triangulares de cooperação com interações de capitais doutros países.

Entre os mais desiludidos e que mais se sentiram com as recusas do governo de Mário Soares estão sem dúvida as centenas de empresários portugueses que acorreram

a ouvir Samora Machel em Lisboa e no Porto. Empresários a quem o presidente moçambicano retirou muitos receios sobre a estabilidade e segurança dos seus eventuais investimentos, chegando ao ponto de lhes pedir sugestões para o código moçambicano de investimentos estrangeiros. Mas que acabaram por ficar defraudados (“traídos”, na expressão forte de um industrial nortenho que colocara demasiadas esperanças em futuros negócios) e nada dispostos a corroborar nas teses de Ernâni Lopes segundo as quais os exportadores portugueses devem correr riscos investindo por conta própria sem para isso terem assegurado o apoio do Banco de Portugal.

Só que resta saber se serão muitos os industriais portugueses com dimensão suficiente para investirem nessas condições. □

*(Carlos Pinto Santos)*

## O pragmatismo de Margaret Thatcher

**D**IAS depois da comitiva moçambicana ter deixado Lisboa, as agências noticiosas relataram os resultados obtidos nas conversações anglo-moçambicanas de Londres, última etapa do périplo de Samora Machel na Europa que tocou a Bélgica, Holanda, Portugal, Jugoslávia, França e Grã-Bretanha.

Segundo o comunicado conjunto revelado, a Grã-Bretanha comprometeu-se a financiar diversos projectos em Moçambique, entre os quais o desenvolvimento das redes ferroviárias e de comunicações, e decidiu renunciar a uma dívida moçambicana originada por empréstimos efectuados entre 1976 e 1978 num total de 22,5 milhões de libras. Além disto, a Grã-Bretanha vai enviar para Maputo uma oferta de 11 500 toneladas de cereais para minorar a escassez de alimentos provocada pela seca.

As agências informaram igualmente ter Samora Machel convidado Margaret Thatcher a visitar Moçambique e que o ministro dos Negócios Estrangeiros considerou de “muito bons” os resultados obtidos pela visita presidencial a Londres.

Apesar dos êxitos políticos, dos acordos de cooperação e ajudas militares (nomeadamente prometidas pelo governo francês, neste último caso) conseguidos noutros países, foi da conservadora Grã-Bretanha que Samora Machel levou para o seu país o maior “pacote” económico no fim da viagem. Todas as proporções guardadas de poderio económico e crise financeira, um aspecto ressalta do comunicado anglo-moçambicano: o pragmatismo de Margaret Thatcher leva-a a jogar no futuro de Moçambique e a não perder comboios na África Austral.

Uma lição de pragmatismo que talvez faça falta a governos hipnotizados pela miragem da CEE.